

Mudanças Prometidas . . .

Deste artigo do Público de 21 de Fevereiro de 2010 destacamos que as Mudanças prometidas para o 3.º ciclo não vão ser uma reforma curricular. João Formosinho esclarece que «não há o desejo de introduzir grandes alterações» no currículo mas apenas ajustes. A ministra da Educação confirma, considerando a necessidade de «racionalizar o tempo curricular para que a carga de tempo e disciplinas não seja muito pesada para os alunos». Paralelamente ao «ajuste», o artigo refere que o novo programa de Matemática para o ensino básico será generalizado já no próximo ano lectivo, uma vez que já está a ser experimentado desde 2008/2009, enquanto o de Português ficará suspenso. A justificação apontada é de que estão em preparação as metas de aprendizagem.

Sobre o novo programa de Matemática, podemos ainda ler no artigo que um estudo recente revela dificuldades na sua aplicação no tempo lectivo previsto. Segundo António Borralho, investigador da Universidade de Évora, «se o Governo tiver em atenção a carga horária de Matemática ou corta no programa ou vai ter que criar condições para o cumprir».

José Augusto Pacheco, director do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, defende que não chega este «ajuste», sendo «urgente uma nova reforma, pensada de forma integrada e não por passos».

Natércio Afonso, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, coordenador da equipa que está a definir as metas de aprendizagem - pensadas desde o pré-escolar ao final do 3.º ciclo e aplicadas já em 30 a 50 escolas no próximo ano lectivo, esclarece que «a ideia é que o documento — metas de aprendizagem — não seja normativo mas antes útil».

As metas de aprendizagem foram uma das primeiras medidas visíveis da actual equipa Ministerial. No site do Ministério da Educação pode ler-se, desde Novembro de 2009, que esta medida se insere «no estabelecimento de um quadro de Níveis de Referência para o Currículo Nacional, (...) tendo em conta os padrões internacionais, a experiência portuguesa e

10 • Público • Domingo 21 Fevereiro 2010

Portugal

Educação Programas no ensino básico datam de 1991 e última reorganização é de 2001

Mudanças prometidas para o 3.º ciclo vão ser um “mero ajuste”

Ministra anunciou “um novo currículo” para ser aplicado já no próximo ano lectivo. Especialistas pedem mudança a sério

Barbara Wong

«A ministra da Educação, Isabel Alçada, anunciou um “novo currículo” para o 3.º ciclo do ensino básico, a entrar em vigor já no próximo ano lectivo. Imediatamente se começou a ouvir e ler a palavra “reforma”, expressão nunca mencionada pela tutela. Contudo, o que a equipa de João Formosinho vai fazer é um “mero ajuste”, revela o professor e investigador da Universidade do Minho. Suspeitos especialistas pedem uma reforma a sério: afinal, os actuais programas datam de 1991 e a última reorganização curricular é de 2001. “Reforma” é uma expressão muito forte, vai ser um “ajuste”, diz João Formosinho.

uma vez que está a ser estudada a reforma e o estabelecimento de metas de aprendizagem (ver texto nestas páginas), e preferível esperar.

Esta justificação não é válida para Matemática porque os programas já começaram a ser experimentados, em 2008/2009, justifica a tutela. Mas um estudo recente sobre a experimentação dos programas revela que os professores tiveram dificuldade em aplicá-los no tempo lectivo previsto e muitos aproveitaram os anos de Estudo Acompanhado para o fazer, revela António Borralho, investigador da Universidade de Évora, membro da equipa que fez a avaliação encomendada pelo ministério. “Se o Governo tiver em atenção a carga horária de Matemática ou que

meta dos programas de todas as disciplinas e a criação de novos planos curriculares”, defende José Augusto Pacheco, director do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, para quem é “urgente uma nova reforma, pensada de forma integrada e não por passos”.

Avaliar antes de alterar

Para José Augusto Pacheco, o actual modelo curricular devia ser avaliado antes de se introduzir alterações. Ou seja, é preciso avaliar as áreas não curriculares (Estudo Acompanhado, Área de Projecto e Educação Cívica), propõe. Essas “inutilidades curriculares” deviam ser eliminadas, defende Ramiro Marques: “Reduzia-se assim a carga horária de



In Público, 21 de Fevereiro de 2010

os resultados da investigação sobre factores que determinam a eficiência dos sistemas educativos». No mesmo texto promete-se: «a par desta intervenção na área do currículo e visando proporcionar condições que permitam concentrar a actividade docente na prática pedagógica, o ME emitirá orientações destinadas a simplificar e a desburocratizar procedimentos administrativos».

Este artigo do Público e a leitura da página Web referida suscita-nos algumas questões:

- Como se articulam as metas com o reajustamento do programa e a experimentação desenvolvida nas escolas? E com a organização do programa por ciclos?
- Que articulação se prevê entre programa, metas de aprendizagem e avaliações externas?
- Estudos realizados revelam que o tempo dedicado à Matemática é, pelo menos no 2.º e 3.º ciclo, insuficiente. Que implicações terão para o ensino mais uma generalização com programa e tempo lectivo desajustados?

Será aceitável reservar para a disciplina e para os professores de Matemática o papel dos que «andam sempre a ocupar/reivindicar os tempos que não têm, nomeadamente considerado como seus o estudo acompanhado, os apoios e, às vezes até a área de projecto?

- Com que tempo serão anunciadas as medidas tomadas na sequência de pontos críticos identificados durante a experimentação? E, que tempo terão escolas e professores em geral para se prepararem para esta generalização?
- Que medidas serão tomadas para que o TEMPO que mobilize os professores a trabalhar em equipa, a inovar, a pensar que o seu papel individual é relevante para o trabalho colectivo, volte a estar presente na escola?

Até onde irão as mudanças prometidas? Serão apenas «pequenos ajustes»?

Adelina Precalado

Allice Carvalho